

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CONCURSO PÚBLICO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – 2024

Prova Nível Superior: NS27 (Manaus)
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Data: ___/___/_____

Tempo de realização da prova: 4 (quatro) horas

Leia com atenção as instruções

Você receberá do Aplicador de Sala:

- ✓ Um Caderno de Questões contendo 45 (quarenta e cinco) questões objetivas, sendo 10 (dez) de Língua Portuguesa, 10 (dez) de Legislação e 25 (vinte e cinco) de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- ✓ Decorridos cerca de 15min do início da prova, terá início a entrega do CARTÃO-RESPOSTA personalizado. É de sua inteira responsabilidade certificar-se que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO-RESPOSTA. Assine-o assim que recebê-lo do Aplicador de Sala.
- ✓ É de sua inteira responsabilidade certificar-se de que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO-RESPOSTA. Assine o CARTÃO-RESPOSTA assim que recebê-lo do Aplicador de Sala.
- ✓ Transcreva suas respostas para o Cartão-Resposta preenchendo todo o círculo. Após o preenchimento não será possível fazer qualquer alteração no CARTÃO-RESPOSTA, pois, se assim o fizer, a questão será considerada nula.
- ✓ Não rasure, não amasse, não dobre e/ou rasgue o CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica fabricada em material transparente e de tinta na cor **preta** para assinalar suas respostas no CARTÃO-RESPOSTA.

Assinale assim: ●

- ✓ Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova. Faça-a com tranquilidade e controle o seu tempo pelo MARCADOR DE TEMPO afixado no Quadro à sua frente. Esse tempo inclui as respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Somente depois de decorridos 90 (noventa) minutos do início das provas, você poderá retirar-se da sala de prova, entregando OBRIGATORIAMENTE, ao Aplicador de Sala, o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Verifique se assinou o CARTÃO-RESPOSTA antes de entregá-lo ao Aplicador de Sala.
- ✓ Somente será permitido a você levar o Caderno de Questões, quando estiver faltando 30 (trinta minutos) para o término da prova.
- ✓ É terminantemente vedado copiar suas respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Os 3 (três) últimos candidatos só poderão deixar a sala SIMULTANEAMENTE e deverão assinar a Ata de Sala de Prova juntamente com a equipe de fiscalização do Centro de Aplicação.
- ✓ Os Aplicadores de Sala não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a alternativa correta.

NOME: _____

CIDADE DE PROVA: _____ **LOCAL DE PROVA:** _____

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia o texto a seguir, início da crônica “Arte e ciência de roubar galinha”, do escritor baiano João Ubaldo Ribeiro (1941-2014):

A gente tem a tendência de pensar que só o que nós fazemos é difícil e complexo, cheio de sutilezas e complicações invisíveis aos olhos dos “leigos”. Isto, naturalmente, é um engano que a vida desmascara a todo instante, como sabe quem quer que já tenha ouvido com atenção qualquer homem falar de seu trabalho, que sempre, por mais simples, envolve atividades e conhecimentos insuspeitados.

Assim é, por exemplo, roubar galinha. Tenho um amigo aqui na ilha que é ladrão de galinha. Chamemo-lo de Lelé, como naqueles relatos verídicos americanos em que se trocam os nomes para proteger inocentes. Só que, naturalmente, a nossa troca se faz para proteger um culpado, no caso o próprio Lelé. É bem verdade que todo mundo aqui sabe que ele rouba galinha, mas não fica bem botar no jornal, ele pode se ofender.

Pois Lelé me tem demonstrado com eloquência toda a arte e ciência de roubar galinha, que requerem longo, paciente e estoico aprendizado, além, é claro, de vocação e talento, pois sem estes de nada adianta o esforço. Roubar galinha é uma especialização da galinhologia geral, ramo do saber complicadíssimo, como verifico todos os dias, ao visitar o galinheiro de Zé de Honorina e ouvir as novidades do dia. Zé, que utiliza recursos psicológicos sofisticados para induzir as galinhas ao choco, calculou mal a lua, calculou mal os passes lá que ele faz – resultado: todo mundo choco no galinheiro, um cô-cô que ninguém aguenta e Ferrolho, o galo, indignado com a situação (eis que galinha choca não quer nada com a Hora do Brasil), chegando mesmo a agredir o próprio Zé.

Sobre aspectos linguísticos e de interpretação do texto, podemos afirmar que:

- I. A figura de linguagem predominante é a ironia, mas encontramos também exemplo(s) de onomatopeia.
- II. O texto procura se afastar da linguagem popular, optando por usar muitos termos eruditos, como “Chamemo-lo” (no segundo parágrafo).
- III. O sentido do vocábulo “estoico” (no terceiro parágrafo) é o de se manter impassível e firme diante das adversidades.
- IV. O vocábulo “galinhologia” (no terceiro parágrafo) é um neologismo, ou seja, uma palavra inventada pelo narrador.
- V. A tipologia do texto nos apresenta uma descrição objetiva e uma precisão informativa dos fatos.
- VI. As palavras “qualquer” (primeiro parágrafo) e “ninguém” (terceiro parágrafo) são pronomes demonstrativos.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I, III, IV e VI são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II, III, V e VI são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas II, IV, V e VI são verdadeiras.

02. Assinale a alternativa que apresenta, nas duas frases escritas, o par de vocábulos destacados em negrito que formam o plural como “escrivão” e “amor-perfeito”:

- a) José Maria, nosso ex-aluno, fez concurso para **tabelião**.
Gosto muito de meu cachorro, mesmo ele sendo um **vira-lata**.
- b) O **balão** confeccionado com tanto custo finalmente foi aos céus.
Nosso **vale-refeição** foi liberado no dia de ontem.
- c) Há muito tempo o Santiago é **sacristão** da paróquia.
Não teremos aula na **sexta-feira** próxima.
- d) Para mim, o grande compositor **alemão** é Wagner.
Na minha idade, faço tudo a meu **bel-prazer**.
- e) Não há **vulcão** no Brasil, felizmente.
Sérgio é meu **lugar-tenente** na escola, pois pode me substituir nas aulas.

03. Assinale a alternativa em que houve **ERRO** ao se substituir a expressão destacada em negrito pelo pronome pessoal oblíquo:

- a) Deves **investir o teu dinheiro** em bancos estatais = investi-lo.
- b) Os atletas da NBA **fazem coisas fenomenais** = fazem-nas.
- c) E, enfim, **eis a bela paisagem de que te falei** = e-la.
- d) Se **nos permitissem**, degustaríamos o bolo com as mãos = no-lo.
- e) A assistente social **visitou cada um dos idosos** em sua casa = visitou-lhes.

04. Considere a frase a seguir:

Como choveu muito no dia de ontem ____ deixamos de fazer duas tarefas importantíssimas ____ uma foi levar nossos amigos ao museu ____ a outra foi providenciar seus bilhetes para o passeio fluvial.

Assinale a alternativa que preenche, **CORRETAMENTE**, a ordem dos sinais de pontuação que devem preencher as lacunas da frase:

- a) vírgula, dois pontos, ponto e vírgula
- b) reticências, dois pontos, vírgula
- c) vírgula, vírgula, vírgula
- d) reticências, travessão, ponto e vírgula
- e) vírgula, reticências, vírgula

05. Considere a frase a seguir:

O romancista Lima Barreto, ainda na infância, assistiu às alvoradas da emancipação dos escravizados.

Assinale a alternativa em que o verbo “assistir” está empregado com o mesmo sentido que apresenta na frase:

- a) O padre assistiu ao doente em seus derradeiros momentos.
- b) Não consigo assistir com serenidade a um ato de injustiça.

- c) Mirtes, que é assistente social, tem o dever de assistir a todos os pobres.
- d) Não assiste a ninguém o direito de me criticar pelo que escrevo.
- e) O novo chefe não está sendo bem assistido por seus assessores.

06. Leia o texto a seguir, intitulado “A Rendeira”, de autoria do poeta cearense Adriano Espínola (1952):

1 Na teia da manhã que se desvela,
a rendeira compõe seu labirinto;
movendo sem saber e por instinto
a rede dos instantes numa tela.

5 Ponto a ponto, paciente, tenta ela
traçar no branco linho mais distinto
a trama de um desenho tão sucinto
como a jornada humana se revela.

10 Em frente, o mar desfia a eternidade,
noutra tela de espuma e esquecimento,
enquanto, entrelaçado, o pensamento
costura sobre o sonho a realidade.

Em que perda tela mais extrema
foi tecida a rendeira e este poema?...

Sobre aspectos linguísticos e de interpretação do texto, podemos afirmar que:

- I. “Enquanto” (verso 11), por ser conjunção adversativa, expressa enunciados que contrastam entre si.
- II. O vocábulo “sucinto” (verso 7) significa dilatado, com grandes dimensões.
- III. O tecer da rendeira sugere os acontecimentos da vida e do mundo.
- IV. “Labirinto” (verso 2) é uma metáfora para as múltiplas atividades humanas.
- V. O mar se opõe à existência humana, pois esta, ao contrário daquele, é efêmera.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas III, IV e V são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

07. Assinale a alternativa que apresenta concordância irregular (silepse de pessoa):

- a) A maioria das pessoas preferiram viajar para a Europa, nas férias de julho.
- b) Depois de tanto esforço, a gente ficou cansado.
- c) Esperavam por ajuda, no Rio Grande do Sul, a multidão desabrigada.
- d) Frederico foi um dos professores que se aposentou em 2024.
- e) Os jovens adoramos o som das guitarras e das baterias.

08. O Manual de Redação da Presidência da República (3.^a edição), no item 12.2 (p. 95 e seguintes), trata das “Expressões a evitar e expressões de uso recomendável”. Tendo em vista essa informação, assinale a alternativa que apresenta de modo **CORRETO** uma frase construída a partir do que determina o Manual:

- a) A reunião onde foi discutido o aumento dos professores ocorreu ontem.
- b) O doente se recupera bem, na medida que toma os remédios recomendados.
- c) Ontem choveu muito, enquanto que hoje o sol está escaldante.
- d) Seguem anexas as faturas de energia elétrica do laboratório.
- e) Os turistas visitaram o Teatro Amazonas e os mesmos ficaram extasiados.

09. No capítulo III, o Manual de Redação da Presidência da República (3.^a edição) trata dos “Elementos de Ortografia e Gramática” (p. 49 e seguintes). Tendo em vista o conteúdo do Manual, no item “12.1 Homônimos e Parônimos”, leia as frases a seguir:

- I. Há três anos atrás estive em São Gabriel da Cachoeira e vi a montanha chamada de Bela Adormecida.
- II. No comício de ontem, nosso candidato falou acerca de seus planos, empolgando o público.
- III. Se o tema era afim, por que você não o analisou em sua dissertação de mestrado?
- IV. A divisão administrativa de Portugal é diferente, pois lá existem os conselhos.
- V. A distensão que ocorreu na Câmara, entre os dois vereadores, ganhou as manchetes de todo o país.

De acordo com as determinações do Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as frases I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as frases I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as frases II e III estão corretas.
- d) Somente as frases II, IV e V estão corretas.
- e) Somente as frases III e V estão corretas.

10. Um dos assuntos mais importantes da Ortografia é o emprego do hífen, que sofreu mudanças após o último Acordo. Assinale a alternativa que contém **ERRO** quanto ao emprego desse sinal gráfico:

- a) Meus pulmões estão limpos, porque sou um não-fumante.
- b) Estou farto de muita conversa, de tanto blá-blá-blá inútil.
- c) Jonas se orgulha de sua condição de afro-brasileiro.
- d) O campus da UFAM é um micro-habitat florestal dentro da cidade.
- e) Uma eficaz planta da medicina popular se chama comigo-ninguém-pode.

LEGISLAÇÃO

11. Acerca da Administração Pública e dos servidores públicos, é **CORRETO** afirmar que:

- a) é indistintamente vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- b) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, havendo possibilidade de acumulação se não houver sobreposição de horários, por um psicólogo municipal exercendo o mesmo cargo na administração direta estadual.
- c) não é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- d) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, sem possibilidade de acumulação se não houver sobreposição de horários, por um professor estadual exercendo o mesmo cargo na administração direta municipal.
- e) é vedada a acumulação não remunerada de cargos públicos.

12. Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- b) É considerado brasileiro nato o nascido no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) A prática do racismo é crime imprescritível, sujeitando o agente a pena de reclusão, sendo possível a estipulação de fiança.
- d) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, mediante licença, independentemente de censura.
- e) Os cargos de Presidente da República e de Governador de Estado são privativos de brasileiro nato.

13. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- c) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

d) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado no âmbito da União, aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

e) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

14. Sobre as disposições constantes no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é **INCORRETO** afirmar que:

a) a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

b) a remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

c) o trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

d) toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

e) a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Ainda assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

15. Nos termos da Lei 8.112/1990, é **CORRETO** afirmar que as formas de provimento em cargo público são:

- a) nomeação, reversão e ascensão.
- b) promoção, transferência e ascensão.
- c) nomeação, recondução e reintegração.
- d) promoção, ascensão e readaptação.
- e) nomeação, recondução e transferência.

16. Nos termos da Lei 11.091/2005 e sobre os conceitos por ela estabelecidos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento da pessoa.
- b) Plano de carreira: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação.
- c) Padrão de vencimento: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.
- d) Cargo: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso.
- e) Nível de classificação: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados.

17. De acordo com a Lei 8.429/1992 e suas alterações, são atos de improbidade administrativa:

- a) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, levando ao enriquecimento ilícito.
- b) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado, causando prejuízo ao erário.
- c) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento, levando ao enriquecimento ilícito.
- d) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea, levando ao enriquecimento ilícito.
- e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado, causando prejuízo ao erário.

18. Sobre as modalidades de licitação, previstas na Lei 14.133/2021, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Concurso: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- b) Diálogo competitivo: modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

c) Leilão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

d) Pregão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

e) Concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, tendo por um dos critérios de julgamento o menor preço.

19. Nos termos da Lei 9.991/2019, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As ações de desenvolvimento que não necessitem de afastamento e que ocorrerem durante o horário de jornada de trabalho do servidor também deverão ser registradas nos relatórios anuais de execução para fins de gestão das competências dos servidores em exercício nos órgãos e nas entidades.
- b) O Poder Executivo federal manterá escolas de governo com a finalidade de promover o desenvolvimento de servidores públicos.
- c) Considera-se afastamento para participação em ações de desenvolvimento, a licença para capacitação.
- d) O órgão ou a entidade poderá conceder licença para capacitação somente quando a carga horária total da ação de desenvolvimento ou do conjunto de ações seja igual ou superior a quarenta horas semanais.
- e) O Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoas deverá alinhar as necessidades de desenvolvimento com a estratégia do órgão ou da entidade.

20. Sobre os conceitos previstos na Lei 5.825/2006, considere as seguintes assertivas:

- I. Educação formal: processo continuado que visa ampliar os conhecimentos, as capacidades e habilidades dos servidores, a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos institucionais.
- II. Alocação de cargos: processo de distribuição de cargos baseado em critérios de dimensionamento objetivos, previamente, definidos e expressos em uma matriz, visando o desenvolvimento institucional.
- III. Aperfeiçoamento: processo de aprendizagem, baseado em ações de ensino-aprendizagem, que atualiza, aprofunda conhecimentos e complementa a formação profissional do servidor, com o objetivo de torná-lo apto a desenvolver suas atividades, tendo em vista as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas.
- IV. Capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais.

V. Desenvolvimento: educação oferecida pelos sistemas formais de ensino, por meio de instituições públicas ou privadas, nos diferentes níveis da educação brasileira, entendidos como educação básica e educação superior.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Existe apenas uma assertiva verdadeira.
- b) Existem duas assertivas verdadeiras.
- c) Existem três assertivas verdadeiras.
- d) Existem quatro assertivas verdadeiras.
- e) Todas as assertivas são verdadeiras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

21. Considere a afirmação:

“A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e a formação de quadros e a elaboração de métodos para um controle político.”

Mészáros, in Marx e a Teoria da Alimentação, 1981.

Tendo por base as discussões referentes às concepções teóricas e práticas correlatas que fundamentam a educação, a afirmação citada indica que:

- a) dentro de uma compreensão dialética da realidade histórica, as dimensões econômicas, científicas, técnicas e políticas da educação se constroem de forma articulada por diferentes mediações e, por se darem numa sociedade de classes, se produzem dentro de contradições, conflitos, antagonismos e disputas.
 - b) a compreensão dialética da realidade tem base, principalmente, nas dimensões artísticas, socioculturais, econômicas, científicas, técnicas e políticas da educação, por se construir, isoladamente, em sociedades tradicionais, as quais não há conflitos, antagonismos e disputas.
 - c) dentro de uma compreensão histórica, as dimensões dialéticas, econômicas, científicas, técnicas e políticas da educação não influenciam a construção de uma sociedade de classes, produzindo apenas contradições, conflitos, antagonismos e protagonismo.
 - d) a compreensão dialético-histórica fundamenta-se nas dimensões artísticas, antropológicas, filosóficas, políticas da educação, que não se constroem de forma articulada por diferentes mediações e, por não se materializarem em uma sociedade de classes, se produzem dentro de contradições, conflitos, antagonismos e disputas.
 - e) dentro de uma compreensão dialética da realidade histórica, as dimensões econômicas, científicas, técnicas e políticas da educação não se constroem articuladas por diferentes mediações, assim como, por não se darem numa sociedade de classes, não se produzem dentro de contradições, conflitos, antagonismos e disputas.
22. Segundo Severino (2006), “A educação é processo inerente à vida dos seres humanos, intrínseco à condição da espécie, uma vez que a reprodução dos seus integrantes não envolve apenas uma memória

genética, mas, com igual intensidade, pressupõe uma memória cultural, em decorrência do que cada novo membro do grupo precisa recuperá-la, inserindo-se no fluxo de sua cultura. Ao longo da constituição histórico-antropológica da espécie, esse processo de inserção foi se dando, inicialmente, de forma quase que instintiva, prevalecendo o processo de imitação dos indivíduos adultos pelos indivíduos jovens, nos mais diferentes contextos pessoais e grupais que tecem a malha da existência humana”. Com a “complexificação da vida social”, no entanto, a educação passa por adequações, como o(a):

- a) adoção de prática marcada por pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, que é a base da Ciência, sendo seguida, posteriormente, pelas Ciências Naturais.
- b) criação de circunstâncias dadas pelo mundo imaterial (a natureza física) e pelo mundo social (a sociedade e a cultura) como referências internas de sua vida.
- c) implementação de práticas sistemáticas e intencionais destinadas a cuidar, especificamente, do processo relacionado à memória, por meio de edificação de igrejas.
- d) implementação de instituições especializadas, formais, para redefinição do aspecto genético dos novos membros no tecido sociocultural.
- e) surgimento da Instituição Escola, que não suprime o processo abrangente de educação informal, que continua presente e atuante no âmbito da vida social em geral, graças às atividades interativas da convivência humana.

23. Na obra de Durkheim, “o homem encontra-se naturalmente num estado de egoísmo motivado por desejos ilimitados, necessitando ser disciplinado para tornar-se um ser social, ou seja, um ser preparado para viver em sociedade”. Nesse contexto, a educação cumpre, então, duas funções: socializar o indivíduo para integrar-se na coletividade, pela aceitação de valores e normas, e formá-lo para exercer um ofício no contexto da diferenciação de funções na divisão social do trabalho. Assim, é possível afirmar que:

- a) a educação formal não socializa o indivíduo, apenas contribui para ele exercer um ofício, de acordo com suas aptidões, reforçando o individualismo, sem considerar a divisão social do trabalho.
- b) o papel da educação consiste, apenas, em formar os indivíduos para orientar o egoísmo em sua conduta com o fim de perpetuar suas convicções pessoais.
- c) a educação é fundamental no processo de formação de uma consciência coletiva cuja finalidade é promover o consenso social.
- d) o homem deve ser motivado para permanecer reforçando o egoísmo, assim como desejos ilimitados, sem necessidade de ser disciplinado para o convívio social.
- e) a educação fundamenta-se na formação de uma consciência individual, sem a finalidade de promover características coletivas.

24. Conforme Dias e Pinto (2019), “a educação é, desde a sua gênese, objetivos e funções, um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada sociedade. O ato de educar é um processo constante na história de todas as sociedades, não é o mesmo em todos os tempos e lugares, e é, em sua essência, um processo social. Além disso, educação e sociedade se correlacionam porque a primeira exerce forte influência nas transformações ocorridas no âmago da segunda”. A partir dessa concepção, pode-se deduzir que:
- a) a educação, enquanto fenômeno social, fundamenta-se em abordagem que consideram características biológicas, por influenciar diretamente nos processos educativos e justificar a universalidade por processos genéticos, que regem a divisão social.
 - b) embora a educação não seja considerada um fato histórico, o processo educativo deve ser o mesmo, em todos os tempos e em todos os lugares, principalmente em sociedades que se quer ver emergir, considerando que a educação não incide sobre os objetivos e ideais dominantes.
 - c) a educação não possui como característica a constância dos aspectos históricos em todas as sociedades, assim como o processo educativo é universal em todos os lugares, mudando apenas as pessoas, que estão vinculadas por processos genéticos.
 - d) sendo um processo social, a educação limita-se aos aspectos didático-pedagógicos, sem exercer influência nas transformações da sociedade, reforçando, portanto, a capacidade pessoal do indivíduo, considerando que cada um vive em determinado tempo histórico, possibilitando a interação apenas com seus contemporâneos.
 - e) a educação é, portanto, um processo social que se enquadra numa certa concepção de mundo, que estabelece os fins a serem atingidos pelo processo educativo em concordância com as ideias dominantes numa dada sociedade. A educação não pode ser entendida de maneira fragmentada, ou como uma abstração válida para qualquer tempo e lugar, mas, sim, como uma prática social, situada historicamente, numa determinada realidade.
25. Na Constituição Federal de 1988, está definido que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Artigo 205). Para tanto, o ensino será embasado em princípios de:
- a) concepção pedagógica, à luz da gestão tanto da educação quanto da escola.
 - b) garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
 - c) gratuidade do ensino público em estabelecimentos localizados em estados e municípios, cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresente famílias vivendo abaixo da linha da pobreza.
 - d) ideias e concepções pedagógicas, coerentes com filosofias das instituições públicas.
 - e) liberdade de aprender e ensinar, no período definido pelos sistemas de educação.
26. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de modo que,
- a) admitirão professores, técnicos e cientistas, conforme a necessidade da Instituição para cumprir sua missão, mediante autorização dos Conselhos Deliberativos e da Procuradoria.
 - b) desenvolverão mecanismos para progressiva universalização do ensino superior gratuito.
 - c) o ensino superior será obrigatório e gratuito, por ser direito público subjetivo.
 - d) obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.
 - e) possibilitarão progressivo acesso da população aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística.
27. No âmbito do ensino superior, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
- a) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
 - b) atendimento universal com programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
 - c) obrigatoria gratuidade e universalidade, assegurada inclusive para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
 - d) oferta de ensino noturno em todos os cursos, adequado às condições de cada acadêmico.
 - e) progressiva universalização, priorizando egressos da rede pública.
28. O Art. 210 da Constituição Federal de 1988, determina que “serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Nesse contexto, os povos indígenas têm assegurado o direito:
- a) ao ensino prioritariamente voltado aos conhecimentos e às línguas oficiais do Estado brasileiro.
 - b) à utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
 - c) ao ensino religioso, por ter sido o meio que promoveu a colonização do Brasil.
 - d) à utilização de língua portuguesa, considerando que os livros didáticos são produzidos na língua oficial do Brasil.
 - e) aos processos próprios de aprendizagem, utilizando apenas as metodologias e materiais tradicionais de cada povo.

29. No que se refere aos Princípios e Fins da Educação Nacional, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), Art. 3º, “O ensino será ministrado com base em princípios”, dentre os quais o(a):

- I. respeito à liberdade e apreço à tolerância.
- II. consideração com a diversidade étnico-racial.
- III. valorização dos aspectos linguísticos, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva e física.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens I e III estão corretos.
- d) Somente os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

30. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), ao tratar sobre o Direito à Educação e o Dever de Educar, é **CORRETO** afirmar que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- a) atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.
- b) atendimento educacional especializado gratuito aos familiares e aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.
- c) oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com deficiência, em salas especiais adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se a todos as condições de acesso, inclusive transporte, para permanência na escola, em todos os níveis, etapas e modalidades, na rede regular de ensino.
- d) oferta de educação escolar regular para pessoas com deficiência, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.
- e) padrões mínimos de qualidade do ensino, por instituição, de insumos disponíveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, conforme a disponibilidade de recurso do sistema de educação, para provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados.

31. A educação nacional está organizada por sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, podendo ocorrer regime de colaboração entre eles. No que se refere à União, é **INCORRETO** afirmar que deve:

- a) assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre esse nível de ensino.
- b) coordenar a política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.
- c) estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.
- d) baixar normas gerais sobre processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.
- e) estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

32. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), no que se refere à incumbência dos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, é **INCORRETO** afirmar que eles devem:

- a) administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros.
- b) promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas.
- c) informar pai e mãe, conviventes com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.
- d) promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas.
- e) zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente.

33. De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), é **INCORRETO** afirmar que a finalidade da educação superior é:

- a) atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.
- b) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

- c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, para formar profissionais para atender à demanda de Instituições privadas, assim como visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.
- d) formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.
- e) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituam patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

34. De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), constituem-se como princípios da Educação Nacional o(a):

- a) valorização exclusiva das experiências intraescolares.
- b) oferta de vagas exclusivas para instituições públicas de ensino.
- c) progressiva obrigatoriedade e gratuidade da educação superior.
- d) proselitismo educacional.
- e) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

35. De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), o conceito de Educação se apresenta como um direito:

- a) natural, porque o sujeito já tem o direito à Educação, garantida desde o nascimento.
- b) administrativo, visto que o sujeito tem o direito ao ingresso nas estruturas administrativas das instituições de ensino.
- c) civil, à medida que garante a plena permanência dos sujeitos no processo escolar.
- d) público subjetivo, pois afirma o sujeito como cidadão pleno de direitos individuais ou em grupo.
- e) político, pois permite a ampla participação dos sujeitos nas demandas sociais.

36. Considere o seguinte trecho adaptado:

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, articula, acompanha, intervém, executa e avalia o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola.

Adaptado de: Monteiro (org.), A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural. Atena, 2020, edição eletrônica.

O trecho adaptado é coerente com o disposto na:

- a) Constituição Federal de 1988 – Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
- b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) – Título II.
- c) Constituição Federal de 1988 – Dos Direitos Sociais.
- d) Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (Lei 9.394/1996) – Título VIII.
- e) Constituição Federal de 1988 – Capítulo III – Seção I.

37. Considere o seguinte trecho adaptado de Gadotti (1994):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa de que cada projeto contém um estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Diante da reflexão do autor, destaca-se o Projeto Político-Pedagógico, enquanto instrumento de planejamento que:

- a) contribui, administrativamente, com o exercício de uma gestão centrada no alcance de objetivos de aprendizagem e nas metas de melhoria dos indicadores educacionais.
- b) constitui um processo de racionalização técnico-burocrática dos meios e dos recursos materiais e financeiros da escola.
- c) oferece um alto grau de certeza e objetividade às ações, prescindindo de processo de avaliação contínua.
- d) requer um diagnóstico real, a partir do qual se estabelecem metas, estratégias, ações, com prazos e equipes envolvidas, para o alcance dos objetivos que se quer alcançar.
- e) se caracteriza como um plano que prevê todas as necessidades do processo educativo escolar, afastando possibilidades de ações emergenciais.

38. Considerando as definições e implicações, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministério da Educação (MEC) e, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Básica, é **CORRETO** afirmar que a(s):

- a) DCNs para a educação básica determinam que todas as escolas, públicas e privadas, devem seguir um currículo único e centralizado, sem margem para adaptações locais ou regionais, como definido na Resolução CNE/CEB 04/2010.
- b) DCNs são revisadas a cada cinco anos por uma comissão especial do CNE, conforme estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), garantindo atualizações regulares e alinhadas com as novas demandas educacionais.

- c) DCNs obrigam todas as escolas a adotar um calendário escolar uniforme em todo o território nacional, com 200 dias letivos e uma carga horária mínima de 800 horas anuais, como definido no Parecer CNE/CEB 05/1997.
- d) DCNs permitem que as escolas de educação básica privadas definam seus próprios currículos sem necessidade de seguir qualquer diretriz estabelecida pelo CNE, promovendo total autonomia curricular para essas instituições, conforme indicado na Resolução CNE/CEB 02/1998.
- e) Resolução CNE/CEB 07/2010, que define as DCNs, estabelece princípios, fundamentos e procedimentos para a elaboração e implementação de currículos, permitindo certa flexibilidade para que as escolas atendam às necessidades e contextos específicos de suas comunidades.
39. Em conformidade à Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:
- a) a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos.
- b) a participação limitada do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, assim como da sociedade civil, por meio de credenciamento das instituições representativas.
- c) o caráter privado dos procedimentos e dados e público dos resultados dos processos avaliativos.
- d) o respeito à identidade e à diversidade de instituições públicas e de cursos de licenciatura.
- e) que os resultados da avaliação serão referenciais dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento de instituições de educação superior e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.
40. A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação institucional, por meio de atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas, obrigatoriamente, podemos destacar o(a):
- a) infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, ambiental, colaborando com o desenvolvimento sustentável.
- b) planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação docente.
- c) responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- d) organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua dependência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação facultativa dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
- e) sustentabilidade financeira, tendo em vista a necessidade de financiamento do poder público às Instituições privadas, para o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.
41. Conforme a Lei 10.861/2004, “a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE” (Artigo 5º). Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que:
- a) a aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o aprendizado dos estudantes, aspecto fundamental e relevante para obtenção dos resultados.
- b) aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.
- c) o ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, apenas no último ano de curso.
- d) o ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade de âmbito local, regional, brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.
- e) será responsabilidade dos acadêmicos realizar a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos prazos estipulados pelo INEP.
42. Sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), é **CORRETO** afirmar que:
- a) as origens do SINAES remontam a 1993, quando surgiu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), cuja adesão das universidades era obrigatória, tendo como elemento central da avaliação os acadêmicos, que se faziam presentes em todos os processos da avaliação.

- b) a partir da Lei 9.131/1995, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação de 2002, foram sendo implementados novos mecanismos de avaliação: o Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado por concluintes de cursos de graduação; o Questionário sobre o aprendizado dos alunos, assim como sobre o ensino no curso frequentado e a Avaliação Institucional dos Centros Universitários.
- c) a partir da Lei 9.131/1995 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), foram implementados outros mecanismos de avaliação, que somaram aos que já eram utilizados: Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado por concluintes de cursos de graduação; Questionário para docentes e discentes sobre Condições Socioeconômicas, Emocionais, Psicológicas; Questionário aos acadêmicos sobre as Condições de Ensino, Pesquisa, Extensão e Permanência; Questionário sobre as Condições de Oferta (ACO); e a Avaliação Institucional dos Centros Universitários.
- d) as origens do SINAES remontam a 1993, quando surgiu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), cuja adesão das universidades públicas era voluntária e das instituições privadas era obrigatória, além de ter autoavaliação como etapa inicial de um processo que, uma vez desencadeado, se estendia a toda a instituição e se completava com a avaliação externa.
- e) é formado por três componentes principais: avaliação das instituições, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes.
43. Boaventura de Sousa Santos (2018) discute a fragmentação do conhecimento e a promoção da interdisciplinaridade na era da globalização, utilizando o(a):
- Ecologia de Saberes.
 - Modernidade Reflexiva.
 - Pensamento Complexo.
 - Sociedade de Risco.
 - Teoria dos Sistemas-Mundo.
44. Edgar Morin apresenta visão complexa e multifacetada sobre a globalização, descrevendo-a como fenômeno que representa tanto os melhores quanto os piores aspectos da humanidade, observando que a globalização promove interdependência planetária que pode levar a catástrofes, devido à degradação ambiental, crises econômicas e conflitos exacerbados pelo fanatismo e fundamentalismo. Nesse sentido, a reflexão de Morin sobre a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para enfrentar os desafios da globalização pode ser refletida na:
- priorização de avanços tecnológicos independentes como solução principal para questões ambientais globais.
 - manutenção de fronteiras rígidas entre disciplinas acadêmicas para garantir a especialização em cada área do conhecimento.
 - adoção de uma perspectiva que integre ciências naturais, sociais e humanas para compreender e enfrentar problemas complexos e interdependentes.
 - utilização de metodologias tradicionais de pesquisa para resolver problemas econômicos globais isoladamente.
 - preservação de identidades culturais locais sem considerar influências e interações globais.
45. No que se refere às novas tecnologias no processo educativo, é **INCORRETO** afirmar que:
- a PNED apresenta os seguintes eixos estruturantes e objetivos: I – Inclusão Digital; II – Educação Digital Escolar; III – Capacitação e Especialização Digital; IV – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).
 - as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento.
 - o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia, dentre outros, de educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.
 - foi instituída na Lei de Política Nacional de Educação Digital (PNED), estruturada a partir da articulação entre programas, projetos e ações de áreas e setores do Ministério da Educação e Ministério de Ciências e Tecnologias, a fim de potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para os estados e municípios mais vulneráveis.
 - o eixo Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação tem como objetivo desenvolver e promover TICs acessíveis e inclusivas.



REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO
COMPEC/UFAM